

ANÁLISE DO IDEB NO PERÍODO DE 2015 A 2019 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS – TOCANTINS

Maria Lucimar dos Santos*

RESUMO

Este trabalho analisa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município de Palmeirópolis – Tocantins –, tendo como base os anos iniciais do ensino fundamental ofertado pela rede pública municipal de educação. Objetivou-se observar quais foram os resultados alcançados no IDEB a partir do ano de 2015, chegando até o último resultado divulgado no ano de 2019. Foi realizada uma pesquisa que analisou os dados disponibilizados no sítio do INEP/MEC e as ações implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, em específico, a alteração da carga horária dos professores, o projeto de formação continuada e a premiação de incentivo aos docentes pelos resultados atingidos no IDEB de 2019. Como aporte teórico foram mobilizados autores que discutem o IDEB e políticas públicas em educação básica e avaliações externas, sendo eles Aranda e Lima (2018), Belinato e Jussani (2017), Brandão e Chiriéa (2015), Blasis (2013), Castro (2009), Fernandes (2007), além dos documentos oficiais como a LDB (1996), Constituição Federal (1998) e o sítio do INEP. No processo de coleta e análise dos dados, concluiu-se que, embora o IDEB tenha mudado em cada ano (2015, 2017 e 2019), os resultados ainda não atingiram as metas projetadas. É necessária a continuidade do trabalho que já vem sendo desenvolvido, a fim de garantir o seguimento às intervenções, buscando resultados crescentes. O incentivo à formação continuada e práticas pedagógicas efetivas são mecanismos que podem ser utilizados para garantir a qualidade do ensino local. Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Educação Pública Municipal de Palmeirópolis. Anos iniciais do ensino fundamental.

1 INTRODUÇÃO

Mensurar a qualidade da educação ofertada pelas escolas brasileiras é uma necessidade concreta; que se justifica e se sustenta pela preocupação em aferir o desenvolvimento das práticas educacionais e os resultados alcançados. Para tanto, o Governo Federal em parceria com o Ministério da Educação (MEC), e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituiu, no ano de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade da educação brasileira que utiliza instrumentos de avaliação em larga escala e dados do Censo Escolar. Foi criado com o objetivo de medir a qualidade da educação básica brasileira, pautada nos critérios: proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e na aprovação dos alunos. (ARANDA; LIMA, [s.d], p. 2).

O IDEB é calculado de acordo com as notas provenientes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e dados do Censo Escolar (aprovação e evasão) bianualmente. Com

* Supervisora Educacional – Secretaria Municipal de Educação de Palmeirópolis – TO. E-mail: plsmsantos@gmail.com.

esses dados é possível verificar a qualidade da educação sob dois aspectos igualmente importantes: o rendimento escolar, traduzido pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono; e a aprendizagem, captada por meio das médias de desempenho na Prova Brasil e SAEB. A lógica deste indicador relaciona-se à ideia de que, em uma escola de qualidade, o aluno avança em seu percurso formativo, aprendendo e sendo aprovado para o ano seguinte de escolarização. Segundo Castro (2009):

Todas essas iniciativas indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de Políticas Públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. (p. 273).

Um dos anseios é saber como caminha a educação sendo que “a avaliação externa é um ponto de partida, uma referência para conhecer melhor o desempenho de escolas e sistemas de ensino e estimular a tomada de decisões” (BLASIS, 2013, p. 54).

Sob esta premissa, este trabalho decorre da minha experiência empírica na educação. Sou professora efetiva no município de Palmeirópolis, graduada em Pedagogia, com habilitação nas séries iniciais, com as quais sempre trabalhei, e educação infantil. Fui, também supervisora educacional e tive a oportunidade de visualizar a educação da perspectiva para além da sala de aula. Foi possível analisar os dados das escolas, acompanhar os déficits e avanços. Consegui identificar algumas falhas, como a ausência de um planejamento financeiro para formação pedagógica, determinada incoerência no quadro de professores efetivos com habilitação inadequada, ainda que o número de profissionais nesta situação fosse pequeno. Portanto, trago parte da experiência vivenciada no processo de intercâmbio entre Secretaria Municipal de Educação e unidade escolar, para a discussão do tema proposto neste estudo.

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar os dados do IDEB, focalizado nos anos iniciais do ensino fundamental, em específico, resultados do 5º ano, da Rede de Ensino Municipal de Palmeirópolis; e também identificar ações empreendidas, pela Secretaria Municipal de Educação, voltadas para o IDEB, no período de 2015 a 2019. Os dados aqui apresentados visam oferecer subsídios para pensar as mudanças necessárias no cenário educacional municipal, além de trazer análises que poderão ser consultadas posteriormente. A pesquisa se justifica pela importância da análise desses dados para podermos mensurar a qualidade do ensino ofertado pelo município de Palmeirópolis e também para refletirmos acerca do processo de preparação e investimento no cenário educacional municipal – visando trazer melhorias para o ensino. As informações aqui expostas foram obtidas por meio de consulta ao sítio oficial do INEP, além de dados do Censo Escolar das escolas do município e dados disponibilizados no sítio do QEdu.

Tomamos como referência os dados da rede municipal de educação de Palmeirópolis, município do estado do Tocantins, que possui pouco menos que 8.000 habitantes, e duas escolas municipais que ofertam os anos iniciais do ensino fundamental da educação básica. Os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio ficam a cargo da Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes (SEDUC-TO). O poder municipal mantém, em funcionamento, duas escolas urbanas com atendimento exclusivo à primeira fase do ensino fundamental, sendo uma com 580 alunos em atendimento parcial – matutino e vespertino – e a outra com 102 alunos na modalidade de atendimento integral.

Os índices do IDEB da rede municipal de Palmeirópolis, observados a partir do ano de 2015, evidenciam variações crescentes, de certa forma, positivas se analisadas em relação à nota obtida a partir do ano de 2015, que foi de 5,5. O resultado em 2017 evoluiu para 6,0 e, em 2019, para 6,1. Todavia, analisando o quadro de metas assinaladas para cada ano (2015,

2017 e 2019), percebe-se que a educação municipal ainda não alcançou a meta projetada pelo INEP.

O presente artigo está organizado, além desta introdução, em uma seção destinada à descrição do contexto que inclui os dados da rede municipal de educação do município de Palmeirópolis, e as escolas municipais a que se referem os dados do IDEB analisados. A seção seguinte trata da apresentação e análise dos dados do IDEB dos anos iniciais, a partir dos resultados do 5º ano, em diálogo com o referencial teórico e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Por fim, apresentamos, na última seção, as considerações finais.

2 O IDEB DA REDE MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O IDEB E A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMEIRÓPOLIS

Os fundamentos da oferta da educação pública ganham mais força através da Constituição de 1988, que visa garantir a todos o acesso de forma democrática e igualitária ao sistema educacional de formação básica. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu Título VIII Capítulo III, Seção I, Art. 205 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998).

O texto constitucional ainda irá versar sobre a igualdade de acesso ao ensino, a liberdade do sujeito em aprender e desenvolver-se, e a gratuidade do ensino público ofertado em estabelecimentos oficiais, sendo a educação um direito de todos. A Constituição assinala que é dever do Estado ofertar e possibilitar o acesso da sociedade aos estudos, evidenciando a busca, também, pela qualidade do ensino. Para tanto, no Brasil, foram desenvolvidas políticas públicas para incentivar, elevar, promover e aferir a qualidade educacional.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos traz uma imprescindível pontuação no Art. 2º, de que a educação, é de fato, uma combinação e dever firmado entre o Estado e as famílias (reforçando o texto da Constituição de 1988). Marca, ainda, que a educação deve ser pautada em princípios de liberdade e solidariedade; possuindo o objetivo e a finalidade de alcançar o máximo desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 1996), discutindo e firmando pontos análogos aos da Constituição (1988).

Ainda tratando da LDB, o Artigo 3º versa sobre os princípios que devem sempre estar presentes e em destaque no processo educacional, dentre eles a igualdade de acesso à educação, possibilidade de aprendizagem, o respeito à diversidade, o direito à educação pública e qualidade do ensino (BRASIL, 1996), dentre outras determinações. As modalidades educacionais: ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e ensino médio são direitos garantidos a todos, e assegurados pela LDB.

Segundo Silva, “nas discussões que precederam a promulgação da Constituição de 1988, os educadores exigiam a democratização da sociedade e da escola pública brasileira” (2016, p. 282). Essas discussões foram essenciais para estabelecer novos olhares para o contexto educacional no Brasil que, posteriormente, a partir da criação do novo texto constitucional (1988), objetivou democraticamente, proporcionar o ingresso de sujeitos das mais diversas classes sociais no ensino público brasileiro; além de combater o analfabetismo e

garantir melhorias na qualidade do ensino público nacional. Tudo o que foi alcançado e estabelecido na educação foi produto de diversas pautas propostas por educadores brasileiros.

A atual configuração da educação básica brasileira reflete, em grande medida, as mudanças desencadeadas pelas reformas dos anos de 1990. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), uma série de alterações aconteceu. Novas propostas de gestão da educação, de financiamento, de programas de avaliação educacional, de políticas de formação de professores, dentre outras medidas, foram implementadas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. (AKKARI; COSTA; SILVA, 2001, p. 76).

A partir da promulgação da LDB de 1996, no Brasil, houve uma busca ainda maior de democratização do acesso ao ensino. O olhar voltado à gestão educacional e a participação da sociedade tornou-se um importante aliado no processo de melhoria e qualidade da oferta educacional, o que também incluiu investimentos na formação continuada dos profissionais de educação.

Tanto a Constituição de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases (1996), seguidas pelo Plano Nacional de Educação (2001), trouxeram contribuições imprescindíveis à educação brasileira. A partir dos novos valores dispostos à educação, criou-se a necessidade de aferir seu desenvolvimento e verificar sua qualidade, para, então, visualizar seu percurso em busca de melhorias. Foi a partir da necessidade de obter informações precisas sobre o desenvolvimento da educação no Brasil, que se criaram novas formas de avaliar seu percurso.

A política educacional de avaliação adotada pelo governo federal, com a finalidade de produzir informações para subsidiar a formulação e reformulação das políticas educacionais desenvolvidas pelas redes escolares, se faz presente no cenário da educação brasileira há duas décadas. A primeira aplicação, em âmbito nacional, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) data de 1995, com a aplicação amostral de testes padronizados em leitura e resolução de problemas; desde então o teste vem sendo aplicado a cada dois anos. No entanto, a atenção aos resultados das escolas obtidos nas avaliações externas se intensificou a partir de 2005 com a Prova Brasil e em 2007 com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (BLASIS, 2013, p. 252).

Analisando as políticas voltadas para avaliação da educação, percebe-se que buscam, primeiramente, realizar um levantamento do desenvolvimento, por meio dos índices (como o IDEB), resultantes da ponderação de dados que vão desde avaliações e exames como a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), as quais fornecem os dados para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) atrelados às informações disponibilizadas pelo Censo Escolar (aprovação e fluxo escolar). Estas políticas objetivam trazer melhorias e traçar metas, analisando o desempenho do seguimento educacional. Atuam como averiguação dos índices e de resultados alcançados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas do país. Para tanto, diversas adaptações foram interpostas visando à melhoria do ensino ofertado pelos estabelecimentos oficiais, além de outras medidas para aferir a sua qualidade.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi instituído através do Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, cujo Art.3º assinala que:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados

sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso. (BRASIL, 2007, p. 5).

De acordo com Blasis (2013), a Prova Brasil, desempenhando seu papel avaliativo, e o IDEB, apresentando os índices e metas bianuais, tornaram-se ferramentas importantes para o acompanhamento da educação básica no que tange à qualidade. Essa política de avaliação da educação contribuiu para chamar a atenção de gestores das redes municipais e estaduais aos indicadores disponibilizados, os quais revelam o processo de desenvolvimento das práticas educacionais.

O IDEB busca dar luz ao desenvolvimento educacional em âmbito municipal e estadual por meio da apresentação dos índices atingidos e divulgados via INEP. Através dele, gestores e escolas podem estabelecer um diálogo entre gestão e prática docente que convenham a cada realidade. Pois, o resultado viabiliza às instituições pensarem e repensarem as suas formas de atingir uma educação democrática e de qualidade. A cobrança existente por melhoria em educação, tendo como parâmetro o IDEB, pode levar o poder público a melhorar as políticas públicas voltadas para promoção do ensino.

A aparente simplicidade do Ideb – isto é, a escala de zero a dez similar a de um boletim escolar e as metas criadas para cada unidade avaliada – facilitou sua rápida aceitação, especialmente na imprensa, entre os formuladores de políticas públicas e gestores educacionais. (ALVES; SOARES, 2013, p. 181).

O IDEB tornou-se um parâmetro nacional, que verifica a qualidade da educação ofertada pelas unidades escolares públicas de todo o país. Por meio de notas atribuídas a cada etapa do ensino básico, ele contribui com a exposição da realidade de cada estabelecimento de ensino; e de fato, proporciona meios de compreensão da realidade, ou seja, a partir da análise dos indicadores o poder público e as gestões escolares podem elaborar estratégias para alcançar as metas estabelecidas.

Diante dos pontos elencados acima, é importante trazer dados¹ do município de Palmeirópolis a fim de contextualizar de forma mais precisa o recorte feito nesta pesquisa. O município está localizado na Região Norte do Brasil, geograficamente localiza-se ao sul do estado do Tocantins; possui um índice demográfico de 7.676 habitantes (de acordo com a estimativa do ano de 2020 – IBGE). O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,7 salários mínimos, possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM – 2010) de 0,673.

Quanto ao sistema educacional, a cidade possui duas escolas municipais e duas estaduais, sendo uma das estaduais regidas através do regime Cívico-Militar. Dos estabelecimentos mencionados três ofertam o ensino fundamental e dois ofertam o ensino médio. O total de matrículas no ensino fundamental no ano de 2018 foi de 1.096 e para o ensino médio de 291. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos, em 2010, é de 98%. E a nota do IDEB do município de Palmeirópolis, referente aos anos iniciais do ensino fundamental, é de 6,1; já o colégio da rede estadual, que oferta ensino fundamental anos finais, possui a nota 5,6.

Conforme já mencionado, o município de Palmeirópolis possui duas escolas de ensino fundamental anos iniciais, uma delas funciona em turnos alternados (matutino e vespertino)

³ Informações disponíveis no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

que atendeu em 2019, 591 alunos da zona urbana e rural. Já a outra escola, também municipal, atendeu 102 alunos no regime de período integral, possuindo apenas alunos oriundos da zona urbana. O número geral de servidores do município das duas unidades de ensino, em 2019, era de 39 professores e 35 servidores do quadro administrativo. O município também oferta educação infantil, atendendo no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) crianças de idades de 8 meses a 3 anos, na creche, crianças de 4 a 5 anos na pré-escola em tempo integral, das 07h às 17h.

A análise contida neste trabalho está pautada nos indicadores obtidos no IDEB de 2015 a 2019 e em documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, visando melhorias para o segmento.

2.2 A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMEIRÓPOLIS E O IDEB DOS ANOS DE 2015 A 2019

A seguir são apresentados os dados retirados do sítio oficial do INEP, estabelecendo as metas projetadas e alcançadas em todas as etapas de ensino no Brasil. De acordo com os resultados, observa-se que apenas os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) cumpriu a meta de qualidade nacional estabelecida para 2019. Os dados mostram que o índice atingido nos anos iniciais no país passou de 5,8, em 2017, para 5,9, em 2019; superando a meta nacional de 5,7 concebidas tanto para as escolas públicas quanto particulares. Nos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, avançou de 4,7 para 4,9. No entanto, ficou abaixo da meta fixada para a etapa, 5,2. No ensino médio, passou de 3,8 para 4,2; ficando também abaixo da meta, que era 5.

Diante desse resultado, destaca-se que os índices do ensino fundamental anos iniciais, mesmo tendo cumprido a meta de 2019 e estando muito próximo de atingir a meta nacional de 2021, ainda reflete que o país tem uma série de diferenças educacionais se analisados os dados em nível regional, estadual e municipal.

No entanto, é importante ressaltar que os índices têm metas diferentes para cada ano de divulgação e também metas específicas nacionais, por unidade da federação, por rede de ensino e por escola. As metas equivalentes para o IDEB, em todas as esferas, foram calculadas pelo INEP, no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação; eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do MEC, que trata da educação básica, segundo o Portal do INEP. Considerando a meta projetada para a rede municipal de ensino de Palmeirópolis, nas séries iniciais do ensino fundamental, segue a tabela 1 identificando os resultados alcançados:

Tabela 1 – Apresentação dos resultados referentes ao IDEB do município de Palmeirópolis

Ano de referência	Nota alcançada no IDEB	Meta projetada para o ano
2015	5,5	6,1
2017	6,0	6,3
2019	6,1	6,6

Fonte: INEP/2020.

Diante dos dados apresentados acima, podemos observar que, embora a nota tenha aumentado bianualmente, o município ainda não conseguiu atingir a meta traçada pelo IDEB em cada ano referido. Para tanto vamos à análise dos dados.

O IDEB do município avançou em 0,6 pontos a partir do ano de 2015, ainda que não tenha atingido a meta proposta melhorou significativamente porque apresentou um crescimento considerável.

A Secretaria Municipal de Educação está implementando ações, desde o ano de 2017, para fins de melhorias da qualidade de ensino e progressão dos índices. Ao fazer apontamentos das ações especificando o ano 2017, nos referimos à localização na SME de ações documentadas a partir do ano citado. Todos estes dados são importantes, pois permitem que sejam pensadas novas formas de atuação envolvendo tanto a equipe gestora quanto o corpo docente.

Uma das ações da Secretaria Municipal de Educação que mencionamos é o projeto “Aprender sem parar... cooperação e cidadania em rede”, implantado em 2017, que vem planejando e organizando o desempenho dos agentes envolvidos no processo educacional. Estão inclusos neste plano de formação: coordenadoras pedagógicas, diretoras, professoras, professoras auxiliares e conselheiros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB), Conselho Municipal de Educação (CME) e Conselho de alimentação Escolar (CAE).

Mas, não somente os servidores da educação estão no projeto; ele também engloba os motoristas escolares, monitores de transporte, auxiliares de serviços gerais, manipuladores de alimento, porteiros/vigias, coordenadores de apoio, secretárias escolares e assistentes administrativos; todos mobilizados, cada um em sua área de atuação, visando ofertar uma educação de qualidade. De acordo com o documento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação:

O Projeto: APRENDER SEM PARAR... COOPERAÇÃO E CIDADANIA EM REDE é uma proposta de trabalho que visa promover a melhoria da qualidade do atendimento na educação oferecido neste município, através de capacitação dos profissionais em diversas áreas. Destacamos que as ações de “Formação Continuada” desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação têm foco na preparação dos trabalhadores em Educação para o desenvolvimento humano e social do educando de nossa cidade, tendo como referencial as diferentes fases da vida, em sua diversidade. (SME, 2017, p. 4).

O investimento nas formações, disponibilizadas ao quadro de servidores da educação, sejam da parte pedagógica ou administrativa, do município de Palmeirópolis, busca criar melhores condições de trabalho no anseio de que o serviço prestado tenha sua qualidade garantida, disponibilizando a todas e todos os envolvidos no processo educacional formações que irão subsidiar suas práticas. De acordo com o projeto “Aprender sem parar... Cooperação e cidadania em rede”, seu objetivo principal é:

Capacitar profissionais da Educação Municipal de Palmeirópolis permitindo que os mesmos possam contribuir com a melhoria dos indicadores do Ensino Local em especial alcance da meta do IDEB, servindo dessa maneira para a formação integral das crianças e adolescentes, proporcionando-lhes capacidade de enfrentar os desafios e as adversidades sociais da atualidade. (SME,2017, p. 4).

Dentre os objetivos específicos relacionados ao projeto/documento que institui as práticas de formação, busca-se viabilizar aos profissionais da educação o acesso à construção de conhecimentos, melhorando suas habilidades e contribuindo para seu desempenho, seja na sala de aula ou na gestão das escolas. Ainda assim, o município dispõe através do Projeto de Lei nº110/2018 uma premiação aos profissionais da educação, visando:

estimular os professores e demais servidores, na implementação de uma

política educacional que possibilite a todos os alunos desde a educação infantil às séries iniciais do ensino fundamental, a permanência na escola e o alcance dos níveis de proficiência adequados para cada série nas diversas áreas do conhecimento, buscando-se uma educação de qualidade social. (SME, 2018).

Esta premiação ressalta uma das ações implementadas pela SME, que visa motivar os profissionais da educação, objetivando mobilizar e valorizar o trabalho docente no município. Ainda que no ano de 2019, ao qual se refere a premiação, o município tenha conseguido avançar somente um ponto, os professores foram contemplados com o incentivo, o que chama atenção para continuidade do trabalho prestado e a busca por uma prática educacional de resultados.

Como podemos perceber, os resultados do IDEB são utilizados pela gestão municipal, viabilizando um critério que afere o nível de desenvoltura dos alunos e alunas.

É missão da equipe da Secretaria Municipal de Educação a implementação do desenvolvimento da política de “Formação Continuada” dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino. É sabido que a qualificação profissional envolve, entre tantas coisas, a promoção de alternativas que possibilitem melhores condições de atuação para os professores e demais servidores da Escola. Então, devem-se respeitar as práticas pedagógicas e demais formas de atuação já desenvolvidas ao longo da experiência profissional de cada um dos envolvidos. Assim, a concepção de “Formação Continuada” que embasa o “Projeto Formação Continuada – Aprender sem Parar... Cooperação e Cidadania em Rede” têm como referência as condições sociais, psicológicas, culturais, históricas e cognitivas daqueles que atuam na Educação da Rede Municipal de Ensino. (SME,2017, p. 5)

As considerações realçadas versam sobre o plano de formação continuada destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração aspectos como: melhores condições de trabalho e qualificação profissional para desempenho das funções de forma coerente e coesa. Valores que são necessários para o desenvolvimento de um processo educacional eficaz no dia a dia em sala de aula.

Mais uma das iniciativas da Secretaria Municipal de Educação, do município de Palmeirópolis, visando promover qualidade do ensino foi estabelecida pela Portaria nº 004/2019 de 20 de setembro de 2019, que alterou a jornada de trabalho dos servidores:

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 1º, Decreto nº 669/2017, de 01 de janeiro de 2017, DECRETA: Art. 1º - Para adequar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação, os ocupantes do cargo de professor, terão sua jornada de trabalho alterada, a partir de 01 de outubro de 2019, de 26 horas semanais para 30 horas semanais. Sendo 20 horas semanais em sala de aula e 10 horas semanais de horas atividades, nos termos do § 1º do art. 23 e 24, da Lei nº 344/2015 do Plano de Cargos e Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação. (SME, 2019, p.02).

Possivelmente, os resultados mais expressivos da iniciativa supracitada serão expressos nas próximas notas do IDEB (2021), devido ao período em que a mudança entrou em vigor. Mesmo sendo recente a criação da Portaria nº 004/2019, consideramos a ação importante para educação municipal, pois ao ampliar a carga horária está proporcionando aos professores maior tempo para realização de estudos e planejamentos. A prática docente atrelada a mais tempo de planejamento e desenvolvimento de pesquisas e estudos, pode

contribuir para melhores resultados, que tenderão a apontar índices diferentes dos alcançados anteriormente.

O fato de que no ano de 2019, a nota obtida no IDEB não tenha alcançado a meta colocada pelo INEP, mesmo diante das ações executadas, nos mostra que ainda são necessários ajustes nos aspectos que estão débeis; portanto a discussão deve abarcar e delimitar intervenções e metas a serem alcançadas. Em face dessa análise, podemos observar que, ainda assim, o município avança em relação às notas obtidas nos anos anteriores. Há um crescimento de 0,6 pontos a partir do ano de 2015. Ainda que timidamente, as ações ressaltam melhorias nos índices da rede.

Todas as ações empregadas pela Secretaria Municipal de Educação já citadas, como o projeto de formação continuada, o incentivo aos profissionais da educação pelos resultados alcançados no IDEB, o aumento da carga horária para que os professores possam planejar melhor suas aulas; objetivam proporcionar um processo efetivo de ensino e aprendizagem, a fim de alcançar os objetivos pactuados nos exames internos e externos.

Diante das análises realizadas nesta seção, chegamos à conclusão de que o IDEB, do município de Palmeirópolis, aumentou nos últimos anos – em específicos os mencionados neste trabalho. Todavia, mesmo diante das ações empreendidas pela SME, a partir de 2017, os resultados ainda não chegaram à meta colocada para a rede. É importante ressaltar que apesar do aumento do IDEB (2015-2019), se faz necessário um monitoramento e acompanhamento das ações empreendidas pela SME a partir de 2017, para que as futuras novas ações tenham o objetivo comum de tornar a educação ofertada à população, pelo poder municipal de Palmeirópolis, de excelência.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os dados provenientes do IDEB do município de Palmeirópolis dos anos iniciais do ensino fundamental (5º ano), tendo como recorte os anos de 2015 a 2019. Partimos do pressuposto que, de acordo com a LDB, a educação de qualidade é um dever do poder público e deve ser priorizada pelos gestores municipais, estaduais e federais. No Brasil, quando paramos para refletir sobre qualidade de ensino e resultados, podemos vislumbrar que os caminhos até chegarmos a resultados satisfatórios ainda precisam ser trilhados. Todavia, ainda que não sejam atingidas as metas – como no caso do município analisado –, é importante fomentar, sempre, uma educação que ultrapasse os índices e consiga alcançar as metas – um ideal que não pode ser desconsiderado. Além de buscar por uma educação de mais qualidade, é imprescindível que observemos os percursos, ou seja, o ponto do qual saímos e até onde chegamos, para, assim, construirmos o caminho e termos mais clareza dos objetivos.

Garantir uma educação de qualidade é um dever do Estado que é assegurado pela CF 1988 e pela LDB a todas as crianças e adolescentes. É de responsabilidade do poder público ofertar o acesso ao ensino a todos os cidadãos, almejando, assim, que este processo seja democrático e possa proporcionar ao sujeito uma formação não apenas conteudística, mas que proporcione também o desenvolvimento da cidadania e que possa prezar pela desenvoltura social e coletiva.

No caso do município de Palmeirópolis, o IDEB desempenha um papel importante no que diz respeito ao monitoramento da qualidade da educação, pois a partir dele é possível observar o quanto e como caminha a educação no que se refere à qualidade. E neste contexto a capacitação dos servidores e servidoras da educação é muito importante para se atingir o objetivo almejado.

Embora o município não tenha alcançado as metas postas para os anos posteriores (a partir de 2015) no IDEB, pudemos perceber que os resultados obtidos estão acima dos projetados para o país até o ano de 2022.

Por fim, ao refletir sobre o IDEB do município de Palmeirópolis, e diante das ações implementadas pela SME, visando obter melhorias no ensino, apontamos que além dos investimentos e das ações em curso, deve-se realizar um monitoramento e acompanhamento das ações que devem permanecer para obtenção de melhores resultados futuros. Concluímos, então, que os índices em educação, pensando no exemplo do município de Palmeirópolis, não são alcançados repentinamente, mas são parte de um trabalho que pode levar tempo para expor seus efeitos. Em face desta pesquisa, ficam alguns questionamentos como: o que pode ser feito pela SME para caminhar em direção a melhores resultados? As ações são de fato efetivas para o contexto do município? Onde é necessário investir e o que é necessário rever e refazer? Possivelmente investigações futuras tragam análises dessas questões que ainda não foram respondidas.

REFERÊNCIAS

BELLINATO, Roberta; JUSSANI, Ailton Conde. Impactos do IDEB na gestão da **educação** na esfera municipal. **Revista internacional de debates da administração pública**. Osasco, m v.2, n.1, p.75-90, jan./dez. 2017.

BLASIS, Eloisa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 251-268, jun. 2013.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca; CHIRIÉA, Andréia Melanda. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília: Senado Federal, 2015. 488 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51>. Acesso em: 01 fev. 2021.

COSTA, Ana Sheila Fernandes; AKKARI, Abdeljalil; SILVA, Rossana Valéria Souza. Educação Básica no Brasil: políticas públicas e qualidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. v. 7, n. 11. p. 73-93. jul./dez. 2011.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível

em:[http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/%C3%8Dndice+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+\(Ideb\)/26bf6631-44bf-46b0-9518-4dc3c310888b?version=1.4](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/%C3%8Dndice+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+(Ideb)/26bf6631-44bf-46b0-9518-4dc3c310888b?version=1.4). Acesso em: 01 fev. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmeiropolis/panorama>. Acesso em: 24 fev. 2021.

INEP. INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3819683>. Acesso em: 24 fev. 2021.

LIMA, Franciele Ribeiro; ARANDA, Maria Alice de Miranda. A qualidade da educação evidenciada no IDEB em escola pública brasileira. **Educ. Ativa**, [s. l], p. 1-13, maio 2018.

MELO, Danila Vieira. Qualidade da Educação e o Ideb: olhar da equipe gestora do município de Olinda. **Educação Desenvolvimento na Perspectiva do Direito à Educação**, Garanhuns, p. 1-15, 2014.

PALMEIRÓPOLIS. **Portaria nº 004/2019, de novembro de 2019**. Regulamenta e estabelece normas relativas à concessão de alteração da jornada de trabalho para 30 horas semanais ao ocupante do cargo de professor do quadro do magistério público municipal e estabelece outras providências.

PALMEIRÓPOLIS. **Projeto Aprender sem parar...Cooperação e Cidadania em Rede**. Formação Continuada aos servidores da educação municipal, 1ª edição 2017, 2ª edição 2018, 3ª edição 2019.

PALMEIRÓPOLIS. **Projeto de Lei nº 110/2018**. Autoriza o pagamento do prêmio por resultado, em decorrência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – aos servidores com efetiva lotação na Secretaria Municipal da Educação, que atuarem nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino.

QEDU: Org. 2015. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/29486-em-elda-silva-barros/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2015>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SILVA, Nilson Robson Guedes. Democracia e Educação na Constituição Federal, na LDB e no PNE: a participação da comunidade na escola. **Educ. Anál.** Londrina, v.2, n.1, 278-297, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/25272>. Acesso em: 01 fev. 2021.